

CONDUTORES DE VISITANTES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC: OS INTÉRPRETES AMBIENTAIS DOS CÂNIONS

Visitor guides in the municipality of Praia Grande/SC: The environmental interpreters of the canyons

Tarcísio Roldão da Rosa

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8791-3897>

tarcisiocanyons@gmail.com

Juliano Bitencourt Campos

Doutor em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC, Brasil. Instituto Terra e Memória (ITM); Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGEO), Portugal. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0300-1303>

jbi@unes.net

Lucas Carregari da Rosa Carneiro

Professor Pesquisador Dr. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG/PPGADM).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8318-6001>

carregari.lucas@gmail.com

José Gustavo Santos da Silva

Mestre em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma/SC, Brasil. Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGEO), Portugal. Bolsista Fapesp (Cp 48/2021)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0578-8266>

gustasantos92@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo é realizar uma breve revisão bibliográfica sobre a atuação do condutor de visitantes utilizando-se da interpretação ambiental como ferramenta de manejo em Unidades de Conservação (UCs). Em seguida, busca-se destacar as características de duas trilhas de ecoturismo: no Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS), a trilha do Rio do Boi, e no Parque Nacional da Serra Geral (PNSG), a trilha das Piscinas do Malacara. Este estudo vai ter abrangência de análise no município de Praia Grande/SC. Os condutores de visitantes a qual o presente artigo se refere são associados à Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE). A metodologia do presente trabalho terá uma estrutura descritiva/explicativa com uma abordagem qualitativa a partir da estratégia de estudo de caso e o tipo de pesquisa será exploratória. As atividades de condutores de visitantes proporcionam que estes estejam inovando-se, empreendendo e desenvolvendo o seu potencial na natureza. Com base neste campo de análise, seguem alguns resultados: tem suas raízes nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo; insere-se na integração do geoturismo à dinâmica dos Parques Nacionais; promove a justiça ambiental e a sustentabilidade; promove práticas integrativas sustentáveis com empreendimentos turísticos; envolve-se com a gestão pública e

governança; visa utilizar-se dos significados dos recursos naturais e culturais para provocar conexões pessoais entre o público visitante e o patrimônio protegido; a interpretação ambiental oportuniza que o visitante de passagem obtenha informações significativas do meio ambiente visitado; o condutor de visitantes apoia a educação ambiental desenvolvida principalmente através de projetos escolares; contribui com a missão do ICMBio na proteção ao patrimônio natural e na promoção socioambiental dos parques nacionais e área ao entorno.

Palavras-chave: Turismo; Ecoturismo; Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral; Sociedade Civil; Geoparque.

ABSTRACT

The objective of this article is to make a brief bibliographic review on the performance of visitor guides using environmental interpretation as a management tool in Conservation Units (CUs). Then, to highlight the characteristics of two ecotourism trails: in the Aparados da Serra National Park (PNAS), the Rio do Boi trail, and in the Serra Geral National Park (PNSG), the Piscinas do Malacara trail. This study will have an analysis scope in the municipality of Praia Grande/SC. The visitor guides to which this article refers are members of the Praiagrandense Association of Ecotourism Guides (APCE). The methodology of this work will have a descriptive/explanatory structure with a qualitative approach based on the case study strategy and the type of research will be exploratory. The activities of visitor guides allow them to innovate, undertake and develop their potential in nature. Based on this field of analysis, some results follow: it has its roots in the Guidelines for a National Ecotourism Policy; It is part of the integration of geotourism into the dynamics of National Parks; it promotes environmental justice and sustainability; it promotes sustainable integrative practices with tourism enterprises; it is involved with public management and governance; it aims to use the meanings of natural and cultural resources to provoke personal connections between the visiting public and the protected heritage; environmental interpretation provides the opportunity for the passing visitor to obtain significant information about the environment visited; the visitor guide supports environmental education developed mainly through school projects; it contributes to ICMBio's mission in protecting the natural heritage and in the socio-environmental promotion of national parks and surrounding areas.

Keywords: Tourism; Ecotourism; Aparados da Serra and Serra Geral National Parks; Civil Society; Geopark.

1. INTRODUÇÃO

O condutor de visitantes, objeto do presente estudo, é um intérprete ambiental (ICMBio, 2018), conforme Instrução Normativa nº 08/2008 e documento do Diário Oficial da União, órgão: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Portaria nº 769 de 10 de dezembro de 2019, a qual versa “pessoa física autorizada pelo ICMBio a atuar na condução de visitantes na unidade de conservação (UC), desenvolvendo atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos nas áreas de visitação”. O condutor de visitantes adquire uma “autorização” para desenvolver suas atividades em unidades de conservação.

Quem é o ‘visitante’ em unidade de conservação? “O ‘visitante’ é a pessoa que visita a área de uma unidade de conservação de acordo com propósito recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso” (ICMBio, 2018, p. 24). Muito embora, o visitante receba outras denominações como turista, geoturista, cliente – visitante é o nome adotado, isto se aplica, também, às pessoas que visitam estruturas ligadas aos centros nacionais de pesquisa e conservação dentro dos objetivos e finalidades previstas pelas mesmas.

O condutor atua liderando grupos de visitantes por um determinado momento em trilhas formatadas pelos gestores e analistas ambientais em acordo como plano de manejo da UC e recebe a autorização de trabalho pelo ICMBio. Logo após a aquisição da credencial, o condutor entra para a lista de condutores de visitantes credenciados (BRASIL, 2000) tendo como obrigação a revisão do curso de primeiros socorros a cada dois anos. A leitura do documento Portaria, “nº 769, 2019”, é imprescindível para o sucesso do seu trabalho.

O principal ofício da condução de visitantes nas trilhas é compartilhar os conhecimentos do ambiente natural (biótico e abiótico) e cultural (conhecimentos da história do município, região), sendo indispensável despertar nas pessoas o olhar efetivo para a natureza e formas de sustentabilidade, de modo a despertar o interesse no visitante pelo engajamento em prol da conservação ambiental (Pereira et al., 2015; Nascimento et al., 2016; Pãozinho; Figueiredo, 2022)

O condutor de visitantes capacitado em interpretação ambiental, desenvolve a interpretação pessoal, interage diretamente com o público, seja em uma trilha ou centro de visitantes, museu ou outros espaços de visitação, rodas de conversa dentre outras atividades.

Desta forma, Ribas e Hickenbick (2012) afirmam que o guia ideal deve ser, idealmente, um membro da comunidade ou região em que opera, um indivíduo "nativo" que possua conhecimento prático do contexto biológico e cultural que examina. Esse histórico os diferencia de outras partes interessadas na indústria do turismo.

“A interpretação ambiental é baseada na relação entre o conhecimento sobre os recursos a serem interpretados, o conhecimento do público alvo da atividade ou o serviço interpretativo e o uso do meio apropriado para desenvolvê-la (ICMBio, 2018, p. 20)”. Esses são considerados os pilares da interpretação ambiental, a qual o condutor de visitante deve esforçar-se para oferecer ao público visitante um trabalho de excelência e aproveitamento da atividade.

A Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE) é uma sociedade civil com personalidade jurídica e sem fins lucrativos desde 09 de setembro de 1998 (Alves, 2004), representando os condutores de visitantes que dela fazem parte (Brightwell, 2006). A APCE tem condutores-conselheiros em diversas entidades, departamentos governamentais a nível municipal,

estadual e interestadual e possui parcerias com empresas e instituições de ensino para desenvolver projetos de interpretação e educação ambiental fomentando o turismo sustentável.

A APCE como sociedade civil organizada (Mapa OSC, 2023), há vinte e seis anos de história, acentua-se no município como uma marca do pensar na coletividade (Brustolin, 2003) a qual vem se superando nos desafios históricos, culturais, econômicos, sociais e ambientais.

Mais do que mostrar as paisagens (Bortolin, 2017; Rosa, 2022), o condutor de visitantes assume uma importância na experiência do visitante, ele apresenta o contexto socioambiental local; enriquece a experiência do visitante; torna o passeio e a atividade segura; otimiza o tempo e usufrui com qualidade; desperta a sensibilização ambiental; exemplo de motivação; amor ao trabalho; valorização do vocabulário local cultural; valorização da ancestralidade indígena e quilombola; desta forma, coerente, fornece conhecimentos aos visitantes ao mesmo tempo que aprende com os mesmos, pois é necessário o diálogo e a troca de saberes (Ribas e Hickenbick, 2012).

Este reconhecimento por parte do governo federal, representado pela instituição ICMBio é muito relevante, uma vez que incentiva o cidadão local quilombola e indígena como povos tradicionais, assim como o ribeirinho, o açoriano a permanecer no lugar onde vive e a compartilhar seus etnoconhecimentos. Tudo isso se enquadra na perspectiva da busca pela organização e desenvolvimento estratégico do turismo (Beni, 2012), enquanto planejamento e gestão do ecoturismo (Linderberg, 2005).

Para a melhor compreensão deste trabalho, é necessário diferenciar condutor de visitantes de guia de turismo. São títulos de profissões que confundem pelas semelhanças das atividades seja pelo aspecto natural, social ou cultural. Os turistas chamam por guia de turismo os condutores de visitantes, por ser um termo mais conhecido pelas pessoas. Muito embora, os condutores tenham o título de guia de turismo e vice-versa.

De acordo com Ribas e Hickenbick (2012), o guia de turismo é o profissional que fornece dados mais amplos sobre a região visitada, já que sua atuação abrange uma área mais extensa, geralmente em nível estadual. Por outro lado, o condutor local possui saberes ecológicos práticos e específicos da localidade em que trabalha, atuando não apenas como orientador do percurso, mas como promotor da cultura local.

É preciso deixar claro que em UC's o guia de turismo, independentemente do nível, é obrigatório possuir o curso de competência mínima de condutor ou o líder de ecoturismo, possuir primeiros socorros atualizados, fazer o curso de interpretação ambiental conforme especificações da UC, participar do edital, realizar estágios e entrar para a lista dos condutores credenciados (ICMBio, 2019).

Para Hintze, (2007) Apud Meira, Kusano e Hintze (2018), o guia de turismo é uma profissão do trade turístico regulamentada por lei e que requer a realização de um curso preparatório para que o profissional possa qualificar-se como guia de turismo (nas categorias Regional e Nacional).

O município de Praia Grande/SC passou de um município de economia agrícola e moveleira, para uma economia com forte engajamento no turismo. “Turismo (...) tal qual um sistema aberto, ele está em contínua simbiose com quatro amplos e complexos cenários conectados à base de um conjunto de relações ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, está sujeito a vetores de diferentes origens” (Beni, 2012). Por sua vez, sendo um segmento do turismo, “O ecoturismo, com sua conexão natural e cultural, pode ser uma via promissora para alcançar essas metas de sustentabilidade (Hanai, 2012, p. 218).

Considerando que em municípios com PARNAS e áreas ao entorno muito habitada merece ainda mais uma especial atenção a qualidade do turismo que se está implantando, ou projetos turísticos envolvidos no território. Nesse sentido, desenvolver atividades para o desenvolvimento sustentável do turismo é importantíssimo, pois é necessário olhar o turismo numa visão sistêmica, agregando a isso atividades sócio econômicas (Barros, 2008).

O turismo alcança êxito ao valorizar os recursos do saber-fazer das pessoas, com uma nova consciência dos turistas e das pessoas do lugar, como agentes sociais. O desenvolvimento sustentável do turismo pode ser uma resignificação do que seja desenvolvimento, lugar e turismo; pois, passe-se a valorizar o modo de ser, sentir e viver do povo, um desenvolvimento para o ser humano. O turismo desde este paradigma é, portanto, uma atividade estimuladora de experiências e vivências das capacidades humanas (Brasileiro, 2005).

Portanto, o condutor de visitantes como ferramenta de manejo na UC ajuda a promover a missão do ICMBio: “Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental (ICMBio, 2025)”. Nesse sentido, respectivamente, o ecoturismo é fundamental para o turismo e o condutor de visitantes é um intérprete ambiental (Tilden, 2006), que possivelmente contribui para o desenvolvimento e organização neste setor no município de Praia Grande/SC.

2. METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho terá uma estrutura descritiva/explicativa com uma abordagem qualitativa a partir da estratégia de estudo de caso e o tipo de pesquisa será exploratória.

Apresenta-se uma revisão bibliográfica de alguns termos como, condutores de visitantes, ecoturismo e interpretação ambiental, como sendo mais relevantes, seguidos de termos como unidade

de conservação, parques nacionais. Estes textos selecionados são trabalhos que dão conta de explicar a respeito da atuação do condutor de visitantes nas UCs.

O objetivo do presente artigo é fazer uma sucinta revisão bibliográfica sobre a atuação do condutor de visitantes utilizando-se da interpretação ambiental como ferramenta de manejo em Unidades de Conservação (UCs).

A área de estudo contempla os PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, com destaque para as trilhas do Rio do Boi e do Malacara. O município de abrangência de estudo é Praia Grande/SC. O estudo de caso concentra-se no condutor de visitantes associados à Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo – APCE.

Adiciona-se a esta pesquisa bibliográfica, o consórcio Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul situado nesta área de estudo e outros municípios, cuja relevância internacional tem motivado os condutores de visitantes a ampliarem seus conhecimentos.

3. ÁREA DE ESTUDO

O município de Praia Grande está localizado na microrregião do extremo sul do estado de Santa Catarina, região turística conhecida como “Caminho dos Canyons” (Brasil, 2022). A área do município fica no sopé e escarpa da Serra Geral, divisa com o estado do Rio Grande do Sul, onde se encontram os cânions dos Parques Nacionais de Aparados da Serra (PNAS) e Parque Nacional da Serra Geral (PNSG). Na planície, a divisa dos estados acompanha o rio Mampituba. O município de Praia Grande faz divisa com os municípios de São João do Sul (SC) a leste, Jacinto Machado (SC) a nordeste, Mampituba e Três Forquilhas (RS) ao sul, Cambará do Sul (RS) ao norte e a oeste e São Francisco de Paula (RS) ao sudoeste (Fig. 1).

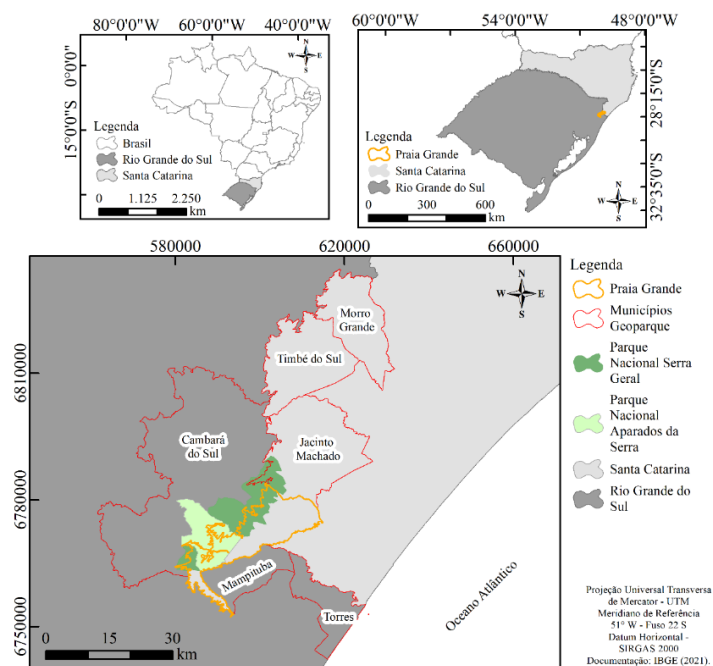


Figura 1 – Localização da área de estudo. Elaborado por José Gustavo S. da Silva, 2025.
Fonte: Autor, 2024.

O PNAS é uma Unidade de Conservação da categoria de proteção integral, criado através do Decreto Nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, com uma área estimada de 13.000 ha. O PNAS tem como objetivo básico: “A preservação dos ecossistemas da Mata Atlântica, das florestas de araucária e de grande beleza cênica, possibilitando desta maneira a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (ICMBio/2024). A baixo, na figura 2, a Trilha do Rio do Boi, cânion Itaimbezinho, PNAS.



Figura 2 – Trilha do Rio do Boi, cânion Itaimbezinho, PNAS.
Fonte: Autor, 2024.

A trilha do Rio do Boi no cânion Itaimbezinho, PNAS, tem uma distância de aproximadamente 14km ida e volta, em que os grupos levam em média 8h ida e volta para realizar a trilha. A trilha do Rio do Boi é considerada de médio grau de dificuldade para praticantes de caminhada na natureza, mas para os aventureiros de primeira viagem pode ser considerada de alto grau de dificuldade. A estrada de acesso à trilha fica em Praia Grande/SC. Os grupos são previamente organizados antes da caminhada pelo condutor e/ou pela agência responsável em passar todas as informações para a realização da trilha. Alguns itens são básicos para que esta trilha possa ser realizada com sucesso. A começar por um calçado fechado, roupas confortáveis para caminhada, ainda, uma mochila para colocar os pertences como chave de carro, celular, água, lanche do dia, remédio de uso pessoal se for necessário.

Na guarita de acesso a trilha do Rio do Boi, os visitantes devem portar documento com foto e o ingresso de entrada ao parque é conferido pelo servidor da concessionária Urbia Cânions Verdes. O condutor também deve portar sua mochila com todos os itens básicos obrigatórios conforme lista de equipamentos disponibilizados nas competências mínimas de condutor de visitantes como corda, primeiros socorros e rádio de comunicação.

Após esta averiguação, antes de iniciar a caminhada o condutor reúne o grupo e faz uma breve explanação geral da trilha, reforçando que o grupo estará entrando numa unidade de conservação federal, em um parque nacional, cuja autarquia é o ICMBio, assim deixando o grupo a par da responsabilidade de cada visitante, como não correr e não pular, não sair fora da trilha, não deixar lixo seco e orgânico na trilha entre outros assuntos imprescindíveis para o sucesso da trilha. A partir desse ponto o condutor vai apresentando no decorrer da atividade toda a biodiversidade e geodiversidade, sem deixar de lado a história e cultura local.

O PNSG é uma unidade de conservação de proteção integral da natureza situada na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com território distribuído pelos municípios de Cambará do Sul (RS), Jacinto Machado e Praia Grande (SC). O PNSG foi criado através do Decreto de Nº 531, de 20 de maio de 1992, com área de 17 301,96 ha. O território desse parque é limítrofe ao do PNAS, constituindo um ecossistema de rara beleza e importante área de biodiversidade destinada a fins científicos, culturais e recreativos. Sua administração cabe ao ICMBio.

A Trilha das Piscinas do Malacara, no PNSG, também, está localizada em Praia Grande/SC (Figura 3). É uma trilha de meio período do dia, podendo ser feita pela manhã ou à tarde. Tem em torno de 4.5km ida e volta, e normalmente, o grupo realiza a trilha na média de 3h30min. A trilha do Malacara é considerada de nível leve, qualquer pessoa pode fazer, desde crianças a pessoas da melhor idade. Nesta trilha não tem guarita de acesso, apenas um estacionamento privado no camping Malacara.



Figura 3 – Trilha das Piscinas do Malacara, cânion Malacara, PNSG
Fonte: Autor, 2024.

A associação de condutores de Praia Grande/SC, APCE, tomou para si a responsabilidade de cuidar da trilha, anotando na ficha de entrada do Malacara o nome do condutor, quantos visitantes no grupo, se há estrangeiros, ou ainda, se entrou na trilha algum visitante sem condutor. Da mesma forma que em outras trilhas, o condutor passa as informações necessárias a realização da trilha e encoraja o visitante a se conectar com a natureza.

Szymanski (2022) explica que na região do extremo sul catarinense e nordeste gaúcho, as áreas montanhosas tem recebido nos últimos anos um número considerável de visitantes por causa dos PNAS e PNSG. De fato, o turismo está impulsionando a economia da região, com isso gerando mais oportunidades de renda melhorando as condições de vida da população. O autor considera a bacia hidrográfica da região com forte resposta hidrológica, os fatores considerados são: temperatura, precipitação, solo, rochas, tipo de vegetação, declive, etc. Chama a atenção, aos perigos que esta característica de relevo traz como elemento destrutivo na forma de enxurradas, enchentes e inundações, desde o interior de cânions e vales encaixados aos leques aluviais que se estendem a planície e as áreas habitadas onde concentram-se os equipamentos turísticos. O autor destaca as medidas cabíveis de segurança que devem ser providenciadas tanto para os moradores quanto para quem vem visitar os parques nacionais.

Ambas as trilhas: Trilha do Rio do Boi e Trilha das Piscinas do Malacara enquanto geossítio caracteriza-se por terreno vulcânico, com relevância internacional, com possível utilização turística, recreativa, científica, pedagógica, histórica e cultural (Rosa, 2016).

Além dos PARNAS o município integra, também, o denominado Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO (CCSUGGp) desde 2022. Os Geoparques Mundiais da

UNESCO (UGGPs) representam as regiões mais recentes e inovadoras que promovem o desenvolvimento sustentável a partir de uma visão abrangente, considerando a educação, o desenvolvimento local, a pesquisa científica, bem como a preservação e o avanço do patrimônio natural e cultural (Rosado-González *et al.*, 2020, com referências nela contidas).

O objetivo principal dos UGGps é salvaguardar e conservar a geodiversidade; no entanto, nos últimos anos, a utilização desses territórios para o turismo surgiu como um mecanismo significativo para promover o desenvolvimento econômico (Silva *et al.*, 2025; Rivero *et al.* 2019).

A designação e o estabelecimento de UGGps no Brasil levaram ao surgimento de novos destinos turísticos. Essas áreas têm um potencial considerável para aprimorar as rotas regionais de turismo, enfatizando o avanço econômico e socioambiental do geopatrimônio, ao mesmo tempo em que o integram ao patrimônio natural e cultural mais amplo, particularmente através das lentes do geoturismo (Eder e Patzak, 2004; Özgeriş e Karahan, 2021).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, tenta-se ampliar a visão que se tem acerca do condutor de visitantes em unidades de conservação federais, a qual suas funções estendem-se à área de entorno aos parques nacionais onde muitas vezes o segmento do turismo e o turismo de aventura são bem expressivos, como é o caso do município de Praia Grande/SC. Autores que abordam este assunto, tais como Ribas e Hickenbick (2012); Pereira *et al.* (2015); Nascimento *et al.* (2016); Pãozinho; Figueiredo (2022) revelam que o condutor de visitantes que estão ali nas unidades de conservação em “trilhas permitidas”, assumem papéis outros na sociedade em relação as questões socioambientais que o tornam um sujeito mais inovador, empreendedor e responsável pela natureza a qual dela mesma recebe o valor do seu trabalho, porém sem destruí-la, sem extrair dela fauna, flora ou mineral, mas mantendo a floresta em pé, ajudando outras pessoas a manterem protegidas as florestas e seus ecossistemas.

Quando se fala em condutores de visitantes o tema mais abordado é o ecoturismo, que é um segmento do turismo inerente a atividade do condutor ambiental pelos aspectos natural e cultural, mas segue para questões de ecoturismo étnico, etnoconhecimento, interpretação e educação ambiental, geoturismo e outros. Promover o ecoturismo é uma das ações do ICMBio.

Almeida e Emmendoerfer (2022) enfatiza o turismo de base comunitária como um turismo que valoriza a cultura das comunidades tradicionais, estimulando a economia local e a noção de coletividade, cumprindo um papel de ações socioeducativas de conservação ambiental. Na mesma linha de raciocínio está o desenvolvimento local sustentável em que tende a fortalecer a sociedade

civil, a economia local, o bem-estar social, a preocupação com o meio ambiente, dentre as ações em prol da natureza está a noção de guarnecer os recursos locais.

Com a Política Nacional do Ecoturismo estabeleceram-se ações responsáveis por trazer uma nova consciência e sensibilização em relação ao desenvolvimento do ecoturismo e do turismo em conjunto com as mais diversas organizações sociais como comunidade local, associações de ecoturismo e ONGs. O PNE é a “Política voltada à melhoria da qualidade de vida da população, com a preocupação de manutenção do patrimônio ambiental como um legado cultural, apontando caminhos para o desenvolvimento sustentável da atividade turística do Brasil” (Brasil, 1994). Dentre as ações destacam-se a própria regulação do ecoturismo, conscientização e informação do turista e participação da comunidade local.

Como afirma Western (2005, p.18) “Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando a conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Sendo que para os turistas mais exigentes, o verdadeiro ecoturismo é o turismo de baixo volume que prioriza questões de ordem ambiental.

Para a Sociedade de Ecoturismo Internacional: “Ecoturismo é agora definido como viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação” (TIES, 2015). Em comparação com o que diz a Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, “de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Brasil, 1994, p. 19). Ambas as afirmações a respeito do ecoturismo, uma com um olhar internacional outra com o olhar nacional, confirmam alguns pontos inerentes ao ecoturismo que é a responsabilidade socioambiental, a interpretação e a educação ambiental.

Na área em que se insere este estudo, há importantes pesquisas em relação as lutas na Comunidade Quilombola São Roque em Praia Grande/SC e de área sobreposta ao PNAS (Figura 4) (Brustolin, 2003; Dias, 2010; Bortolin, 2017; Silva *et al.*, 2021), e prosperam os estudos sobre os indígenas que habitavam este território (Campos, 2013). Dessa forma, Oliveira (2011) reforça a importância do ecoturismo étnico, da liderança indígena, ou seja, “observa o ecoturismo étnico como uma importante atividade da aldeia” (Oliveira, 2011, p. 63). Certamente, a forma de comunicação dos condutores indígenas aos visitantes na unidade de conservação desperta em ambos reconhecimentos de modos de vidas e respeito mútuo. Da mesma forma para os condutores de comunidades quilombolas é uma oportunidade de obter renda, além disso de expressar seus elementos culturais e assegurar seus modos de vida.

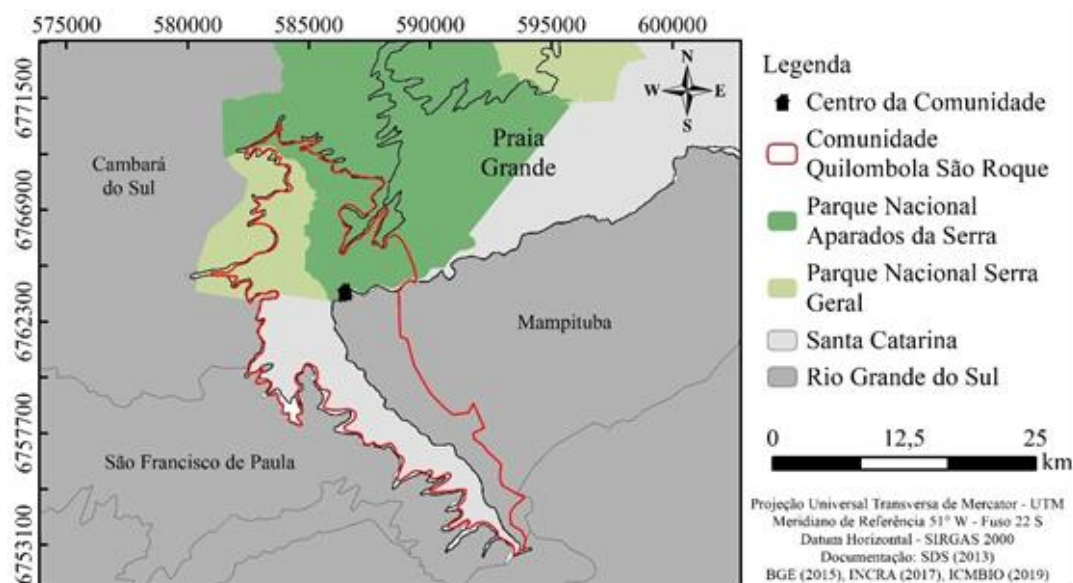


Figura 4 – Sobreposições territoriais presentes no território. Elaborado por José Gustavo S. da Silva, 2024.

Fonte: Autores, 2024.

Os condutores locais no município de Praia Grande têm a oportunidade de comunicar ao visitante a respeito do ecoturismo étnico na região, uma vez que há no território uma comunidade remanescente quilombola, que transita por trilhas e caminhos antigos, e são detentoras de memórias que contam a história local (Costa *et al.*, 2024). No Quilombo São Roque há condutores de visitantes credenciados na UC, os conhecimentos deles adquiridos através dos avôs e avós, pais e mães são de extrema importância para esta comunidade, pois além de repassar informações de origem local ao visitante, o condutor tem a oportunidade de levar o visitante a conhecer mais profundamente esta cultura, provocando o conhecimento por meio do turismo de experiência.

Como que foi constatado por Silva *et al.* (2021):

A comunidade remanescente de quilombo São Roque possui uma série de características marcantes que se forem valorizadas podem vir a contribuir com o geoturismo, pois, além das belezas naturais, o quilombo possui um diferencial, tendo em vista sua história material e imaterial (Silva *et al.*, 2021, p. 208).

Seria um atraso às experiências dos condutores de ecoturismo de Praia Grande/SC se os mesmos não dessem importância às lutas, a história de vida e aos valores culturais étnicos como o que representa a Comunidade Quilombola São Roque, um vez que o quilombo é reconhecido pelo IPHAN, reconhecido pelo Ministério da Cultura, mapeada como área de sobreposição ao PNAS e PNSG e área ao entorno, e ainda, garantida pela Constituição brasileira, e está nos livros didáticos escolares catarinense que abordam o tema.

Para se tornar um excelente condutor de visitantes pelos saberes ancestrais (Krenak, 2022; Alves, 2024) e pelos saberes científicos proximais ao tema como paleontologia, arqueologia (Campos, 2013; 2022), biologia (Luz, 2018) são fundamentais para evoluir seu processo formativo

de conhecimento do território, tornando-se profissionais que realmente adquirem habilidades que serão úteis para um bom desempenho profissional de suas atividades na natureza.

O condutor de visitantes deve entender que o turismo como um todo é um sistema complexo, pois envolve as relações humanas nos fazeres turísticos, sendo necessário em sua formação tornar-se mais “reflexivo e crítico sobre a atividade que desenvolve” (Silva; Franco, 2014, p. 8). Portanto, sendo capaz de progredir diante de suas condições no setor turístico, isto é, quanto mais for capaz de ampliar seu conhecimento sobre a identidade local, o patrimônio natural e cultural melhor imagem o visitante levará na memória do local visitado.

Kinker (2021) *apud* Silva (2002), ressalta a importância relacional entre condutores de visitantes, ecoturismo e educação ambiental, porque ambos se relacionam de forma intrínseca tendo em vista que um dos principais propósitos do ecoturismo é a educação ambiental (Rosa, 2021), por esse olhar o caráter educacional é o grande diferencial. Considera-se possível concretizar esta ideia central quando todas as populações estão contempladas e envolvidas nas atividades turísticas, começando por ações de conscientização ambiental, priorizando a coletividade, interligando e fazendo interagir a comunidade receptora com os visitantes que chegam à comunidade.

O condutor de visitantes também tem certas obrigações inerentes ao seu trabalho no sentido de promover diálogos de saberes em suas atividades interpretativas em ambiente natural e cultural, firmando assim, o “comprometimento social com a comunidade local e o respeito ao etnoconhecimento associado, como pelo conhecimento científico adquirido em cursos de capacitação” (Kinker, 2012, p. 150). Refletindo sobre isso, o sucesso do condutor de visitantes pode estar relacionado à maneira como interage na promoção do reconhecimento da veracidade desse diálogo.

Neste ponto de estudo, há a necessidade de contemplar neste contexto o geoturismo, pois desde o dia 13 de abril de 2022 foi cancelado pelo Programa de Geociências e Geoparques da UNESCO (IGGP) o CCSUGGp. Desta forma, houve um incremento de informação que vem impulsionando a região turística dos Aparados da Serra, em que o condutor de visitantes tem absorvido os objetivos centrais de um UGGP: proteção do geopatrimônio, desenvolvimento educacional, econômico e cultural com as pessoas do local (Mc Keever; Zouros, 2005, Martini *et al.*, 2022).

Nesse intuito, em três das cinco regiões do Brasil os UGGPs já são uma realidade, é necessário deixar claro que a criação de um UGGP não corresponde a separação ou substituição de PARNA quando estas áreas estão sobrepostas ou compartilham o mesmo território (Silva *et al.* 2024). São propostas diferentes e em equilíbrio como se pode entender, o UGGP é um território com limites bem definidos e com uma área suficiente alargada de modo a permitir um desenvolvimento socioeconômico local, cultural e ambientalmente sustentável (Mc Keever; Zouros, 2005, Sá; Silva,

2019; Rosado-González *et al.*, 2020; Martini *et al.*, 2022) não possuindo nenhum impeditivo de desenvolvimento local por meio de alguma legislação, como é o caso das UCs de uso integral.

Os UGGps vêm trazendo a promoção de um nicho de turismo específico para com a sua implementação, o geoturismo. No início das discussões sobre este novo aporte, o mesmo era entendido essencialmente como turismo geológico (Hose, 1995; Newsome e Dowling; 2006, 2010), porém com o passar dos anos e a inserção de outros ramos de pesquisa o seu conceito foi ampliado podendo ser entendido atualmente como o “turismo que sustenta e valoriza a identidade de um território, tendo em consideração a sua geologia, o seu ambiente, a sua cultura, a sua estética, o seu património e o bem-estar dos seus residentes” (Declaração de Arouca, 2011).

É importante também se destacar que o geoturismo apresenta ligações com o ecoturismo, o turismo cultural e o turismo de aventura, sem, contudo, ser sinônimo de nenhuma destas (Dowling, 2010; Moreira, 2014). Não pretende este entrar em conflito com o ecoturismo, mas sim tentar destacar as porções abióticas da Terra e sua relação com a comunidade local.

Desta forma nos últimos anos temos assistido a um crescimento do geoturismo de forma global (Dowling, 2010) principalmente por ser uma tendência em termos de turismo em áreas naturais assim como o ecoturismo. Desta forma, vislumbra-se para este território a partir da implementação deste UGGP o aumento do número de turistas e do desenvolvimento regional sustentado. É importante para que este projeto tome êxito que os condutores locais se apropriem dos conceitos referentes a estes territórios e que estejam capacitados para repassar as informações necessárias sobre os componentes da geodiversidade que compõe as trilhas onde guiam.

Dentre os fatores que levaram o ser humano a visitar e se interessar por áreas naturais a fim de descanso: “O ato de visitar áreas naturais por motivações ligadas ao lazer, recreação e aventura, cresceu exponencialmente no intervalo da história, em um contexto entre o ápice da sociedade industrial e a sociedade pós-moderna” (Pãozinho; Figueiredo, 2022, p. 940). Ocorriam que as populações viviam em intensas e árduas jornadas de trabalho, ambientes de trabalhos ruins para a saúde, locais de trabalho que causavam doenças, forçados a trabalhos sem descanso, folga ou repouso, sem tratamento físico e psicológico do cidadão.

Mamede; Benites; Sabino; (2017) avançam no atendimento ainda mais profundo do ecoturismo pensando nas conexões entre identidade biofílica e o usufruto dos serviços ecossistêmicos. Esta pauta, inclusive, muito importante no ofício do condutor ambiental. As pessoas têm o desejo de estar em meio a natureza, de fato é prazeroso estar no “ambiente natural pela identidade e afinidade inatas” (Mamede *et al.*, 2017, 949), rodeado de árvores verdejantes, ar puro e fresco, flores e cheiros típicos da mata, um rio cristalino, a experiência de ver um animal livre na natureza.

Os autores, Mamede *et al.* (2017), comentam que a natureza provém tudo o que o ser humano precisa de recursos, e para as demais espécies também, isto enriquece o bem-estar, por isso é importante a conservação dos ambientes naturais. Sendo assim, observando a natureza pelo máximo que ela beneficia o ser humano numa visão utilitária dela. Mas a questão que os autores trazem é que somente pela ordem dos serviços ecossistêmicos não se valoriza plenamente a biodiversidade.

Desta forma, há a necessidades de estímulos para enxergar a natureza além dessa forma utilitária e paradigmática, uma vez que a sociedade traz fortemente a visão antropocêntrica enraizada. A natureza oferece ao ser humano, a ela própria e a todos os seres que dela usufruem, mais do que a valorização da biodiversidade e os condutores usam tal mensagem para o ecoturismo. Há mais informação intrínseca na natureza como “o princípio ético da existência da vida na terra e sua continuidade evolutiva” (Mamede *et al.*, 2017, p. 949).

Com base nestas percepções do conhecimento ecológico tradicional e dos conhecimentos científicos adquiridos pelos condutores de visitantes nos PNAS e PNSG, configuram grandes propostas de realinhamento das percepções adquiridas a respeito da natureza, o que se pode e não se pode fazer em benefício de sua manutenção biológica e dos serviços ecossistêmicos.

Ao corroborar com tais informações, Pinto (2008), interpreta o ecoturismo como um seguimento do turismo e este aliado a constante formação socioambiental possibilita um firme reconhecimento dos valores e da necessidade de preservação do patrimônio, “viabilizando retornos econômicos, proporcionando uma educação ambiental, através da conscientização da importância da preservação do meio ambiente, gerando benefícios para a comunidade” (Pinto, 2008, p. 9). Mais uma vez, ocorre a fala de que não existe ecoturismo se não houver educação ambiental, um dos princípios do ecoturismo é o despertar da consciência do homem refletindo sobre o espaço onde vive, e, quais são suas obrigações com os patrimônios naturais.

Neste sentido, o condutor de visitantes em unidades de conservação atende aos objetivos da Interpretação Ambiental sem deixar de atuar nas ações de Educação Ambiental previstas pelo ICMBio (2018):

A educação ambiental é, portanto, um processo continuado e de maior complexidade, que visa promover a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão das unidades de conservação, enquanto a interpretação ambiental tem o propósito de sensibilizar os visitantes por meio do estabelecimento de conexões pessoais entre estes e o recurso protegido na unidade. Ambas têm um papel distinto e complementar na proteção e conservação do patrimônio protegido nas unidades de conservação brasileiras (ICMBio, 2018).

Por um lado, a educação ambiental é entendida como um processo que requer tempo para sua execução, seja nos projetos escolares e complementadas na UC, pela própria UC ou por empresas que desenvolvem os objetivos socioambientais, ainda que estruturado e organizado pode promover a

conciliação entre os objetivos de conservação dos parques nacionais integrais e o comportamento dos visitantes pela sua existência.

Por outro lado, a interpretação ambiental é apresentada como instrumento de gestão, com efeitos contundentes aos visitantes, apoiando sempre as ações de conscientização presentes nas atividades educativas, visto que a sensibilização ambiental pretendida pode ocorrer de forma imediata chegando à mensagem ao coração do visitante (Talora, 2005).

Uma abordagem complementar relevante é a relação entre a educação experiencial ao ar livre e o ecoturismo, com foco no potencial formativo da natureza como espaço de aprendizagem. A partir da pesquisa de Carneiro (2023), compreende-se que experiências de aventura em ambientes naturais, como as trilhas conduzidas por intérpretes ambientais em unidades de conservação, podem promover não apenas sensibilização ecológica, mas também uma profunda formação ética e humana. Tal formação, no entanto, não ocorre automaticamente: ela requer mediação intencional. Nesse contexto, o condutor de visitantes assume o papel de facilitador da aprendizagem, ampliando a percepção do visitante e promovendo conexões significativas entre a experiência vivida e seus sentidos mais profundos. Ao atuar como educador ambiental e cultural, o condutor contribui para que o ecoturismo transcenda o entretenimento e se configure como uma prática transformadora, capaz de fomentar consciência ética, pertencimento territorial e desenvolvimento socioambiental.

Em detalhe, a experiência ao ar livre desafia tanto o condutor quanto o visitante em sua inteireza, mobilizando não apenas habilidades corporais, mas também disposições internas, exigindo decisões prudentes diante do imprevisível, coragem frente ao desconforto, humildade em face da grandiosidade da paisagem e interdependência no convívio com o grupo. A natureza, nesse sentido, é compreendida como um espaço concreto de prática das virtudes (Sandler, 2017).

Entretanto, essa potencialidade formativa depende de uma estrutura reflexiva que permita transformar a experiência em aprendizado. Como destacam Kolb e Kolb (2009), a aprendizagem experiencial demanda ciclos que integram ação, reflexão, conceituação e reexperimentação. É nesse processo que se insere o papel fundamental do condutor de visitantes, entendido como intérprete ambiental e também como facilitador da formação humana. Quando bem preparado, o condutor pode favorecer a interpretação não apenas dos aspectos ecológicos, geológicos e culturais da paisagem, mas também mediar a interpretação do visitante sobre si mesmo e suas reações, ampliando sua consciência ética e sensível.

Nesse processo, o condutor ambiental ocupa uma posição estratégica para que os benefícios pedagógicos da experiência na natureza sejam realmente incorporados. Ele oferece referências simbólicas, valores locais, histórias ancestrais e provocações que ajudam o visitante a elaborar sentidos mais profundos do que viveu. Essa atuação transforma a trilha em um espaço de formação

integral, onde se articula a experiência estética da paisagem com a ética da convivência e a prática das virtudes (Carneiro, 2023). Quando conduzido com intencionalidade pedagógica, o ecoturismo torna-se uma prática educativa potente, capaz de formar sujeitos mais conscientes, éticos e conectados com a vida. O ecoturismo se transforma em método, a natureza em mestra e o condutor em educador.

O ICMBio (2017) também destaca a importância da interpretação ambiental como conjunto de estratégias de comunicação que visa utilizar-se dos significados dos recursos. Estes recursos podem ser ambientais, históricos e culturais a qual o grande desafio para o condutor de visitantes é provocar conexões pessoais entre o público visitante e o patrimônio protegido, no caso, como exemplo a unidade de conservação federal integral.

O visitante em relação as suas percepções das paisagens, cria valores pela natureza através dos seus sentidos. Isso ocorre devido a sua experiência corporal nesse diálogo corpo e natureza, “por ser o corpo o primeiro referencial do homem no mundo” (Leme, 2007, p 216). O autor enfatiza que a percepção das pessoas em relação a natureza pode ser influenciada em razão da cultura do indivíduo, as bagagens culturais ao longo de sua vida. E o que é o corpo nisso tudo? Para Leme, (2007, p. 2016), “O corpo é o receptáculo de suas informações”, assim, tudo que a natureza demanda, o corpo cria sons, cheiros, visões, e com isso abrindo canais de percepções e sentimentos, e estas percepções variam de visitante para visitante. Para uns um campo aberto, colina, prado significa liberdade, para outros dá medo, insegurança. Se na floresta, para uns um encantamento com a variedade de plantas, de animais, riachos, para outros pode ser visto como um lugar perigoso.

Pode-se racionalizar a função social do ecoturismo, como verdadeira mudança social. Ou seja, tirar o foco do ecoturismo como fenômeno social, a qual o ecoturismo atende a contrapartida em relação a crise ambiental estabelecida e divulgada nas sociedades modernas. Mais recentemente a natureza tem sido reconhecida pela produção de serviços ambientais favorecendo o ser humano. Por esta lógica, Layrargues (2004) coloca: “A natureza se configura então como a terceira força produtiva. Primeiro, o Mercado; segundo, o Trabalho; e, terceiro, a Natureza” (Layrargues, 2004, p. 3). A natureza é uma força econômica produtiva. O autor reforça que como traz o texto em geral até aqui um lado do conservadorismo se tornou pragmático, no entanto, outra via se “atualizou na direção de formatos que apontam para a Educação Ambiental voltada à biodiversidade, ao ecoturismo, às unidades de conservação e determinados biomas” (Layrargues, 2014, 34). Mesmo com os entraves, a educação é vista com certa ânsia de aplicabilidade em ações do próprio ICMBio, do Geoparque, das Concessões de parques, em níveis escolares, como uma tendência de respeito a este tema.

O condutor de visitantes pode dar um salto no seu modo de ver a natureza. Boggiani (2018) afirma que “A visão sistêmica do Planeta Terra permite ao condutor relacionar seu raciocínio com as demais áreas a serem abordadas no curso de formação como um todo, o qual se espera que sejam

complementadas com aulas sobre o meio biótico e sociocultural da região” (Boggiani, 2018, p. 465). É muito importante o condutor ter a capacidade de relacionar aspectos culturais e históricos à geologia da região e formação sedimentar, tendo uma visão acerca do extrativismo vegetal e mineral.

Devido à proximidade que os condutores de visitantes estabelecem com os proprietários de hospedagem cria-se um bom relacionamento de negócios entre ambos. Neste sentido, Manes (2023), aborda a relação do turismo e sustentabilidade em relação aos equipamentos de hospedagem. Coloca que ações sustentáveis evitam impactos ambientais, dentro das dimensões das “áreas naturais, flora e fauna, arquitetura, e impactos da construção no local, paisagismo, resíduos sólidos, efluentes e emissões, eficiência energética, conservação e gestão do uso da água” (Manes, 2023, p. 496). Nas questões socioculturais então as comunidades locais, trabalho e renda, trabalhadores das comunidades locais ou regionais, condições de trabalho, aspectos culturais, saúde e educação, populações tradicionais, aspectos necessários tanto para os meios de hospedagem quanto para condutor de visitantes.

No caso de Praia Grande/SC, no primeiro momento, pôde-se constatar a participação dos condutores de visitantes em vários setores de governança, como: na própria APCE, na secretaria de turismo, diretoria de turismo, conselho municipal de turismo (COMTUR), na Associação dos Empresários do Turismo (APETUR), no Conselho de Cultura, na Associação Quilombola, no Comitê da Bacia Hidrográfica do Mampituba - RS/SC, na Associação de Canionismo (Apkanion), no conselho consultivo dos PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, como pesquisador e outras participações e contribuições. Neste sentido, vale ressaltar que diante de seu espaço de trabalho e fora dele a formação profissional estende-se ao ambiente de governança do turismo.

Diante das leituras prévias no levantamento bibliográfico, foi possível extrair alguns campos de atuação do condutor de visitantes em sua oportunidade interpretativa em relação aos recursos (naturais e culturais), ao público visitante e aos meios apropriados para desenvolver o seu trabalho de criar conexões das pessoas com a natureza. Nesse sentido, resalta-se os seguintes pontos:

- a. Documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo de 1994 é apresentado como base para o **desenvolvimento do ecoturismo** no Brasil.
- b. A integração do **geoturismo** à dinâmica dos **Parques Nacionais** é abordada, reconhecendo a importância da valorização do patrimônio geológico e cultural da região.
- c. O **ecoturismo** é apresentado como uma ferramenta para **conectar as pessoas com a natureza**, promovendo o bem-estar físico e mental e a consciência ambiental.
- d. A **qualificação profissional dos condutores de visitantes** é vista como essencial para garantir a qualidade do ecoturismo e a proteção ambiental.

e. A valorização do **conhecimento ecológico tradicional** é considerada elemento importante para a gestão participativa dos parques e o desenvolvimento de um ecoturismo autêntico.

f. Explora-se a relação entre as percepções individuais da paisagem e a experiência do **ecoturismo**, ressaltando a importância da **interpretação ambiental**.

g. A dimensão social do ecoturismo é discutida, reconhecendo seu potencial para promover a **justiça ambiental** e o **desenvolvimento sustentável**.

h. A **educação experiencial ao ar livre** é apresentada como uma abordagem complementar ao ecoturismo, destacando o **papel do condutor de visitantes como facilitador da aprendizagem** ética, sensível e transformadora na natureza, contribuindo para o desenvolvimento humano e para a formação de cidadãos mais conscientes.

i. A necessidade de **integrar práticas sustentáveis** nos empreendimentos turísticos, como hospedagem e alimentação, é destacada para garantir a viabilidade do ecoturismo.

j. Aponta-se os desafios da **gestão pública** na promoção de um turismo responsável e sustentável, considerando os conflitos de interesses e a necessidade de políticas públicas eficazes.

k. O ICMBio destaca a importância da **interpretação ambiental** como conjunto de estratégias de comunicação que visam utilizar-se dos significados dos **recursos** quais sejam ambientais, históricos e culturais a qual o grande desafio para o condutor de visitantes é provocar **conexões pessoais** entre o público visitante e o patrimônio protegido, no caso, como exemplo as unidades de conservação.

l. Missão do ICMBio: “Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que, no município de Praia Grande/SC, os condutores de visitantes associados à Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE), atuando nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, desempenham papel essencial como intérpretes ambientais dos cânions. Sua atuação, além de contribuir para o manejo adequado das Unidades de Conservação (UCs), proporciona uma mediação sensível e técnica entre os visitantes e o patrimônio natural e cultural, cumprindo os preceitos da Instrução Normativa nº 08/2008 e dos documentos oficiais do Diário Oficial da União, como a Portaria nº 769 de 10 de dezembro de 2019 (MMA e ICMBio) e a publicação *Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais* (2018), que sustentam o condutor de visitantes como elo de ligação entre o público e o patrimônio protegido.

As características geográficas e ecológicas específicas da região — escarpas, rios, trilhas em terrenos de difícil acesso e biodiversidade exuberante — colocam os condutores diante de desafios diários que exigem preparo técnico, sensibilidade ambiental e compromisso ético com a conservação. A partir dessa atuação, os condutores tornam-se também agentes educativos, contribuindo para a formação ambiental e o fortalecimento de vínculos entre a sociedade e os espaços naturais protegidos.

Além disso, o reconhecimento institucional conferido pelo ICMBio — por meio da regulamentação da atividade e da valorização da interpretação ambiental — reforça a importância do condutor como figura estratégica na gestão das UCs. Sua atuação ultrapassa os limites físicos dos parques, articulando-se com iniciativas de educação ambiental formal e informal, turismo sustentável, desenvolvimento local e governança participativa, como, por exemplo, no apoio às escolas no contexto da educação ambiental formal (Rosa, 2021) e no processo de sensibilização dos visitantes (Talora, 2005).

Ao integrar saberes tradicionais, conhecimentos científicos e metodologias de educação experiencial (Carneiro, 2023), os condutores tornam-se protagonistas de uma proposta de ecoturismo ético e transformador. Assim, mais do que guiar trilhas, eles facilitam experiências significativas e ampliam a consciência crítica dos visitantes, colaborando com a missão de proteger a biodiversidade, valorizar culturas locais e promover o bem viver. Nesse sentido, sua atuação aponta caminhos para um turismo comprometido com a sustentabilidade e com a formação integral de todos os envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos concedida ao primeiro autor. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela bolsa de produtividade em pesquisa do segundo autor (Processo 312543/2022-0). Também à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, pela concessão da bolsa de estudos do último autor (CP – 48/2021).

REFERÊNCIAS

ALVES, F.; CAMPOS, J. B.; NUNES, O. J.; NOELLI, F. S.; BATANOLLI, J. A. R.; SILVA, J. G. S. da. Nhandereko Yvyrupá Py: modo de viver Guarani na terra indígena Tekoá marangatu, Imaruí, SC, Brasil. *Tellus*, v. 24, n.52, p. 11-57, 2024.

ALVES, M. A. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. *O&S*, v. 11, n. esp., p. 141-154, 2004.

BARROS, M. O.; SILVA, S. C.; GRANERO, A. A.; FILHO, H. B. O Desenvolvimento do Turismo: uma visão sistêmica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS. 4., 2008, Franca. **Anais...** Franca: Uni-FACEF, 2008.

BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters.** Barueri: Manole, 2012. 628p.

BOGGIANI, P. C. A importância dos condutores de visitantes na divulgação das Geociências em unidades de conservação. **Terræ Didactica**, v. 14, p. 4. P. 463-466, 2018.

BORTOLIN, R. **Complexidade socioambiental e interdisciplinar na perspectiva da sustentabilidade para o Parque Nacional de Aparados da Serra e Área de Entorno no Sul de Santa Catarina.** 2017. 217 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do programa nacional de publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. 1998.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília: EMBRATUR, 1994. 48p.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra e Serra Geral.** Brasília: MMA, 2004. 317p.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. **Turismo, cultura e desenvolvimento.** Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 75-98.

BRIGHTWELL, M. G. S. L. **Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o município de Praia Grande/SC: Dimensões escalares e Conflitos.** 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BRILHA, J. B. **Enquadramento legal de suporte à proteção do patrimônio geológico em Portugal.** Braga: Universidade do Minho, 2010. 9p.

BRUSTOLIN, C. **Lutas pela definição de concepções de justiça na construção no Parque Nacional de Aparados da Serra, SC/RS.** 2003. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CAMPOS, J. B.; SANTOS, M. C. P.; ROSA, R. C.; RICKEN, C.; ZOCHE, J. J.; Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 20, p. 9-40, 2013.

CAMPOS, J. B.; MIZIESCK, M. A Arqueologia dos Povos Originários na região do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. In: BAZOTTI, L.; BRESSEL, T. (Orgs.). **Guia dos cânions dos Aparados da Serra Geral.** Viamão: Ed. dos autores, 2022. p. 54-61.

CARREGARI CARNEIRO, L. **Entre duas naturezas:** Contribuições da educação ao ar livre pela aventura para a formação em administração. 2023. 259 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

CHAGAS DE ALMEIDA, T.; LUIZ EMMENDOERFER, M. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 1, 2022.

COSTA, M. O.; PROENÇA, A. R. G. B.; SOLHA, K. T. **Turismo responsável:** resultados que inspiram! São Paulo: ECA-USP, 2024. 202p.

DELGADO, J. A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. In: SERRANO, C. (Ed.). **A Educação pelas pedras:** ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

DIAS, D. A. **Conflitos socioambientais decorrentes da presença humana em unidades de conservação:** estudo de caso da Comunidade Quilombola São Roque, nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. 2010. 290 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

EDER, F. W.; PATZAK, M. Geoparks—geological attractions: A tool for public education, recreation and sustainable economic development. **Episodes**, v. 27, p. 162–164, 2004.

ELTZ, M. R. C. Desafios da gestão participativa e integrada da porção litorânea do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em Santa Catarina. In: LADWIG, N. I.; CAMPOS, J. B. (Orgs.). **Planejamento e gestão territorial:** áreas protegidas. Criciúma: UNESC, 2021.

HAM, S. **Una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequenos.** Golden Colorado: Fulcrum Publishing, 1992.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

SE, T. A. **Selling the story of Britain's stone.** **Environmental Interpretation**, v. 10, n. 2, p. 16-17, 1995.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Criação Parque Nacional de Aparados da Serra RS/SC.** Decreto n.º 47,446, de 17 de dezembro de 1959. 2024. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaaparadosdaserra/quem-somos.html>. Acesso em: 07 jul. 2024.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Interpretação ambiental nas unidades de conservação.** Disponível em <https://www.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Missão do ICMBio.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cma/o-que-fazemos/educacao-ambiental.html>. Acesso em: 08 jan. 2025.

KINKER, S. M. S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas: Editora Papirus, 2002.

KOLB, A. Y.; KOLB, D. A. Experiential learning theory: a dynamic, holistic approach to management learning, education and development. **The SAGE handbook of management learning, education and development**, v. 42, p. 68, 2009.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras. 2022. 128p.

LAYRARGUES, P. P. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico Do Senac**, v. 30, n. 1, p. 38-45, 2004.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LEME, F. B. M.; NEVES, S. C. Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análises das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens. **Universidade Estadual de Santa Cruz**, v. 5, n. 2, p. 209-223, 2007.

LINDERBERG, D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e Gestão**. São Paulo: Senac, 2005. 296p.

LUZ, G. S. **Composição, estrutura e dinâmica de bandos mistos de aves em remanescente de Floresta Atlântica Submontana no Sul do Brasil**. 2018. 55 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; SABINO, J.; ALHO, C. J. R. Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês: conexões entre identidade biofílica e usufruto dos serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 938-957, 2018.

MANES, L. M.; LOPES JÚNIOR, W. M. Turismo e sustentabilidade: os equipamentos de hospedagem em Trindade, Paraty (RJ). **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 16, n. 5, p. 490-516, 2023.

MAPA DO TURISMO BRASILEIRO. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MARTINI, G.; ZOUROS, N.; ZHANG, J.; JIN, X.; KOMOO, I.; BORDER, M.; WATANABE, M.; FREY, M. L.; RANGNES, K.; VAN, T. T.; MELO, J. P. P.; PATZAK, M.; HILARIO, A.; NAKADA, S.; SÁ, A. A. UNESCO Global Geoparks in the “World after”: a multiple-goals roadmap proposal for future discussion. **Episodes**, v. 45, n. 1, p. 29-35, 2021.

McKEEVER, P. J.; ZOUROS, N. Geoparks: Celebrating Earth heritage, sustaining local communities. **Episodes**, v. 28, n. 4, p. 274–278, 2005.

MEIRA, C. M.; KUSANO, E. S.; HINTZE, H. C. Apontamentos históricos sobre a profissão do guia de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2018.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. 157p.

NASCIMENTO, C. A. A regulamentação da atividade de condução de visitantes nos Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação do Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 516-532, 2016.

NEWSOME, D.; DOWLING, R. K. (Eds.). **Geotourism: the tourism of geology and landscape**. Goodfellow Publishers Ltd., 2010. 260p.

NEWSOME, D.; DOWLING, R. The scope and nature of geotourism. In: DOWLING, R. K.; NEWSOME, D. **Geotourism**. London: Routledge, 2006. p. 3-25.

OLIVEIRA, C. A. F. Ecoturismo étnico no Parque Nacional do Monte Pascoal: formas de comunicação entre condutores indígenas e visitantes da Unidade de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 53-66, 2011.

ÖZGERİŞ, M.; KARAHAN, F. Use of geopark resource values for a sustainable tourism: a case study from Turkey (Cittaslow Uzundere). **Environment, Development and Sustainability**, v. 23, p. 4270–4284, 2021.

PÃOZINHO, F. C.; FIGUEIREDO, S. J. L. Formação de condutores de visitantes e o plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 15, n. 5, p. 939-960, 2022.

PÃOZINHO, F. C.; FIGUEIREDO, S. J. L. Formação de condutores de visitantes e o plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 15, n. 5, p. 939-960, 2023.

PEREIRA, A. I. A.; SILVA, F. J. L.; SILVA-JUNIOR, J. M. Influência dos cursos de capacitação do Projeto Golfinho Rotador na atuação profissional dos condutores de ecoturismo em Fernando de Noronha (PE): uma contribuição a sustentabilidade turística local. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 31-58, 2015.

PINTO, A. J. **Ecoturismo e formação sócio-ambiental dos guias de turismo de Lençóis – BA (Chapada Diamantina)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2008.

RIBAS, L. C. C.; HICKENBICK, C. O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 143–165, 2012.

RIBAS, L. C. C.; HICKENBICK, C. O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 143, 2012.

RIVERO, M. S.; RANGEL, M. C. R.; MARTÍN, J. M. S. Geotourist Profile Identification Using Binary Logit Modeling: Application to the Villuercas-Ibores-Jara Geopark (Spain). **Geoheritage**, v. 11, p. 1399–1412, 2019.

ROLDÃO DA ROSA, T.; MATIAS, C. P. P.; BASQUEROTE, A. T.; MENEZES, E. P.; BRISTOT, V. M.; CAMPOS, J. B.; MILIOLI, G. Environmental education in Brazil: A look from Law N° 9.795. **Internacional Journal for Innovation Education and Researt**, v. 12, p. 107-119, 2021.

ROSA, T. R.; CAMPOS, J. B.; SILVA, J. G. S.; MIRANDA, L.; ZOCCHÉ, J. J. Núcleo de gestão integrada aparados da serra geral e a sua indissociabilidade com o ecoturismo. In: CARDOSO, R.;

QUINTELA, J. B. (Orgs.). **Open Science Research VIII**. Guarujá: científica digital, 2002. p. 1014-1024.

ROSA, T. R. da. **Das unidades de conservação ao projeto Geoparque caminhos dos Canyons do Sul (SC/RS)**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ROSADO-GONZÁLEZ, E. M.; SÁ, A. A.; PALACIO-PRIETO, J. L. UNESCO Global Geoparks in Latin America and the Caribbean, and Their Contribution to Agenda 2030 Sustainable Development Goals. **Geoheritage**, v. 12, p. 36, 2020.

SÁ, A. A.; SILVA, E. A Gestão Pública do Património Geológico e Paisagístico Português: O caso dos Geoparques Mundiais da UNESCO. **Al-Madan Online**, v. II, n. 22, p. 135–141, 2019.

SANDLER, R. L. **Environmental Ethics: theory in practice**. New York: Oxford University Press, 2017. 496p.

SILVA, J. G.; FONSECA FILHO, R. E.; NASCIMENTO, M. A do; CAMPOS, J. B.; LADWING, N. I.; BACK, A. J. et al. Geoparques Mundiais Da UNESCO No Brasil: Novas Formas De Gestão Integrada Dos Territórios. **Caminhos De Geografia**, v. 25, n. 100, p. 176-195, 2024.

SILVA, J. G. *et al.* Characterization of the Profile of Geotourists in the Caminhos Dos Cânions Do Sul UNESCO Global Geopark: a case study in praia grande (santa catarina, brazil). **Geoheritage**, v. 17, n. 3, p. 1-22, 2025.

SILVA, J. G.; LADWIG, N. I.; SUTIL, T.; CAMPOS, J. B. A Comunidade Quilombola São Roque no projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, região sul, Brasil. In: MORAES, N. R.; VILELLA, L. E.; BATAGLIA, L. A.; CAMPOS, A.; CASTRO, F. A. (Orgs.). **Povos Originários e Comunidades Tradicionais: trabalhos de pesquisa e extensão universitária**. Roraima: Editora UFRR, 2020. p. 210-240.

SILVA, A. P. S. **Histórico da educação profissional no setor do turismo: experiências dos condutores de ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil**. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SZYMANSKI, F. D.; VASCONCELLOS, S. M.; KOBİYAMA, M.; COREUIL, C. W. Análise de inundações em bacias montanhosas no Sul do Brasil por meio de monitoramento e modelagem. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 15, n. 3, p. 1564-1582, 2022.

TILDEN, F. **La interpretación de nuestro patrimonio**. España: Asociación para la Interpretación del Patrimonio, 2006. 175p.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. North Carolina: University of North Carolina Press. 1957.